

- 7 Cf. E. Durkheim, *Sociologia e filosofia* (São Paulo, Ícone, 1994, p. 50). Sobre o debate em torno da natureza das representações coletivas e suas diferenças em relação às representações individuais, ver, ainda, os prefácios da primeira e da segunda edição do livro *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 [1895] e Steven Lukes, “Bases para a interpretação de Durkheim”, em Conh, G (org.), *Para ler os clássicos* (Rio de Janeiro/São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1977, pp. 15-46).
- 8 “Representações sociais: uma teoria para a sociologia?” III JIRS, Rio de Janeiro, 2 a 5/9/2003. Este texto, revisado e ampliado, será publicado no próximo número da *Revista de Estudos de Sociologia*, da UFPE.

**MÁRCIO S. B. S. DE OLIVEIRA é doutor em Sociologia, professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UFPR. E-mail: marciodeoliveira@ufpr.br**

### ***Tendências contemporâneas nos estudos da emigração brasileira para os Estados Unidos e Canadá***

Ana Cristina BRAGA MARTES e Soraya FLEISCHER (orgs.). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo, Paz e Terra, 2003. 300 páginas.

Clémence Jouët-Pastré

Ao reunir autores de diferentes disciplinas, afiliações teóricas e nacionalidades, Ana Cristina Braga Martes e Soraya Fleischer fazem uma importante contribuição não só aos estudos da emigração brasileira, mas também aos estudos dos fluxos migratórios internacionais.

Os capítulos do livro estão fortemente vinculados, uma vez que examinam as mudanças nas correntes migratórias e a formação de novos perfis dos cidadãos brasileiros residentes nos Estados Unidos e no Canadá sob as perspectivas da etnicidade, do gênero e das redes sociais. Como várias pesquisas já indicaram (Margolis, 1994; Sales, 1999; Martes, 2000), no início da emigração brasileira em grande escala – meados dos anos 1980 –, os emigrantes tendiam a vir para os Estados Unidos a fim de permanecer no país por um curto período de tempo, apenas o suficiente para fazer algumas economias e voltar ao Brasil com a esperança de ter uma vida melhor. Os autores de *Fronteiras cruzadas* apresentam diversas evidências que apontam que a população brasileira nos Estados Unidos e no Canadá está se transformando, passando de transiente a estável.

No capítulo de abertura, Christopher Mitchell usa o conceito de transnacionalismo para estudar a população brasileira imigrante. Comparando-a com a mexicana, a dominicana, a haitiana, a salvadorenha e a guatemalteca, Mitchell conclui que os brasileiros apresentam um índice bastante baixo de transnacionalismo, ou seja, ainda não estão bem desenvolvidos os laços interfronteiriços que requerem redes sociais fortes nos países emissores e receptores, bem como “o êxito de uma organi-

zação transnacional eficiente vinculando o imigrante aos países de origem” (p. 37). No entanto, o autor argumenta que, apesar de incipientes, esses laços estão se desenvolvendo, na medida em que aumentam o número de organizações comunitárias e transnacionais, o número de brasileiros com vistos permanentes, o nível de renda da população e sua concentração geográfica. Maxine Margolis, uma das pioneiras no campo dos estudos da migração brasileira para os Estados Unidos, faz em seu capítulo um balanço desse fluxo migratório, reexaminando seu grau de visibilidade (cf. também Margolis, 1998). Afirma que a contabilização do número de cidadãos brasileiros nos Estados Unidos permanece indefinida em razão tanto de falhas no Censo norte-americano, como da falta de documentação dessa população. Por um lado, o Censo não apresenta, nos formulários curtos, uma categoria que contemple a origem nacional. Muitos brasileiros não-documentados, por outro lado, evitam responder ao Censo por temor de serem denunciados e deportados. A autora apresenta dados, corroborando os de Mitchell, que indicam que há um número extremamente baixo de organizações comunitárias e comerciais entre os migrantes brasileiros. No entanto, postula que esta realidade dá sinais de mudanças, ou seja, assim como Mitchell, observa que tem havido certo amadurecimento do fluxo migratório brasileiro. Apresenta, por exemplo, números que demonstram que, apesar da crise econômica e do maior controle de fronteiras nos Estados Unidos depois de 11 de setembro de 2001, os brasileiros continuam chegando e que muitos não têm planos de voltar ao Brasil, ou postergam indefinidamente essa decisão. Mostra ainda que os fluxos tendem cada vez mais a originar-se em diferentes regiões brasileiras dirigindo-se também a uma gama mais variada de regiões norte-americanas.

Ana Cristina Braga Martes centra seu capítulo na discussão da construção da identidade brasileira nos Estados Unidos. Usando principalmente dados de uma pesquisa feita em Boston, a pesquisadora mostra como imigrantes de primeira geração tentam negociar sua identidade frente a dois sistemas classificatórios tão radicalmente diferentes como o brasileiro e o norte-americano. Os partici-

pantes dessa pesquisa tendem a rejeitar o rótulo pan-ético “hispanico” criado pelo Censo dos Estados Unidos, preferindo identificar-se como grupo nacional ou até mesmo como Brazilian-Americans. As razões disso são de natureza diversa: por exemplo, o repúdio ao preconceito associado ao termo hispanico, ou a implicação de mudança de categoria racial. Uma vez que os hispanicos são considerados não-brancos, muitos brasileiros que se vêem como brancos “mudariam de cor ao se identificarem” como hispanicos. A autora mostra ainda que, apesar de o rótulo “hispanico” não ter sido criado originalmente para abarcar os brasileiros, ele acabou se tornando, na perspectiva de muitos norte-americanos, a opção mais factível para classificar etnicamente a população brasileira. Segundo Martes, a questão da identidade brasileira deverá ser provavelmente renegociada pela segunda geração, a qual terá de definir-se como hispanica ou Brazilian-American. Este é, justamente, o tema abordado por Gustavo Hamilton Menezes em seu capítulo. Ao analisar os cidadãos brasileiros residentes em Danbury, estado de Connecticut, o autor aponta que a segunda geração tende a aceitar a categoria hispanica muito mais facilmente que seus pais. Isto porque, segundo Menezes, compreendem melhor o sistema norte-americano e as vantagens, sobretudo na questão do acesso à política de cotas, que podem obter ao se identificarem como hispanicos. As diferenças entre as gerações, explicitadas por Menezes, não dizem respeito apenas à construção da identidade étnica. O autor mostra como os imigrantes de segunda geração negociam sua biculturalidade e seu bilingüismo, tentando incorporar valores das duas culturas e, ao mesmo tempo, adaptar-se da melhor maneira possível aos valores do país hospedeiro. O próprio nascimento da segunda geração causa um impacto significativo na realidade dos pais, uma vez que ter um filho nos Estados Unidos já é um sinal importante de que as expectativas temporais estão sendo redefinidas. Finalmente, é de grande relevância sua discussão a respeito das inversões nas hierarquias familiares, na medida em que a segunda geração, por dominar o idioma inglês melhor que os pais, passa a servir de intérprete, tornando-se “guias familiares no mundo público” (p. 165).

Os capítulos de Sílvia Dantas DeBiaggi e Cláudia Assis também analisam o impacto do processo migratório nas estruturas familiares e de gênero. DeBiaggi realizou sua pesquisa com cinquenta famílias que viviam na região de Boston e pôde observar que a experiência da imigração teve um impacto profundo nas relações maritais, levando os casais, sobretudo as mulheres, a questionarem e resignificarem os papéis de gênero. Essas mudanças são atribuídas a fatores como o ingresso, muitas vezes pela primeira vez, das mulheres no mercado de trabalho e, principalmente, a influência dos padrões de comportamento da cultura hospedeira nas percepções dos imigrantes. A partir do momento em que as mulheres passam a trabalhar e possuir sua própria renda sentem-se mais independentes e tendem a questionar seu papel muitas vezes submisso na relação marital. Mas, mais do que isso, DeBiaggi discute como os casais brasileiros, imersos na cultura norte-americana, percebem na cultura anfitriã uma distribuição mais igualitária nas tarefas domésticas e no cuidado da prole e se dão conta de que a lei norte-americana é muito mais severa do que a brasileira em relação a maridos agressores. Os novos padrões de comportamento levam casais brasileiros a mudar suas visões de gênero. A autora mostra ainda que quando essa mudança não se dá igualmente para ambos os cônjuges, os conflitos emergem, aumentando o número de separação entre os casais.

Gláucia Assis centrou sua pesquisa na problemática do acesso e do uso das redes sociais de acordo com o gênero e o parentesco. Combinando dados quantitativos e qualitativos, defende que homens e mulheres usam diferentemente as redes sociais no processo migratório. A partir dos resultados de um *survey*, realizado na cidade de Criciúma, mostra que a porcentagem de mulheres que fazem sua primeira viagem desacompanhadas é menor do que a de homens, assim como é menor a porcentagem de mulheres que se arriscam na perigosa travessia da fronteira entre Estados Unidos e México. Mostra ainda que é igualmente menor o número de mulheres que financiam sua primeira viagem com recursos próprios. Por outro lado, sobressai o maior número de mulheres que se hospedam na casa de familiares quando che-

gam ao país de destino, ou seja, as mulheres apóiam-se mais nas redes de parentesco do que os homens. Por meio de um estudo de caso, também realizado em Criciúma, Assis argumenta que as mulheres têm um importante papel de articuladoras das redes migratórias, pois servem de elo entre os familiares que migraram e os que permanecem no país de origem, o que envolve “desde emprestar dinheiro, cuidar dos filhos quando saem para o trabalho, vir do Brasil para ajudar no resguardo das filhas, ajudar a encontrar trabalho, ou informação sobre serviços de assistência de saúde etc.” (p. 224).

A questão do gênero também está presente no capítulo de Sônia Melo de Jesus. A autora estuda brasileiras que trabalham como faxineiras, ou seja, mulheres que ocupam um nicho profissional tipicamente feminino e que, nos Estados Unidos, está sendo cada vez mais reservado a imigrantes. Jesus indica que os homens raramente ocupam esse nicho e que, quando o fazem, têm “um *status* mais privilegiado e geralmente são aqueles que gerenciam o negócio de limpeza” (p. 100). Tomando por base entrevistas realizadas com quinze faxineiras residentes na região de Boston, a pesquisadora explora alguns dos temas levantados no trabalho de Fleischer (2002), tais como a compra e a venda de *schedules*, as condições necessárias para entrar nesse nicho ocupacional e a resignificação do trabalho de faxineira dentro do contexto da migração. Também importantes em seu estudo são os temas da visibilidade dos migrantes brasileiros nos Estados Unidos e as mudanças políticas após os atentados de 11 de setembro.

Assim como Gláucia Assis, Weber Soares e Franklin Goza têm as redes sociais como tema central de seus capítulos. Soares faz uma aprofundada reflexão acerca das teorias explicativas dos fluxos migratórios internacionais, particularmente sobre a teoria de redes sociais. O autor postula que esta teoria, apesar de em sua opinião ser a mais interessante para explicar as migrações internacionais, tem sido muitas vezes usada de maneira imprecisa. Assim, argumenta em favor de uma melhor definição de seu escopo, levando em conta que

A rede migratória internacional é um tipo específico de rede social – da qual fazem parte certas representações sociais que constituem o cerne da cultura migratória – que agrega redes sociais existentes [...] e enseja a criação de outras redes [...]; consiste, portanto, em rede de redes sociais (p. 258).

Em seguida, o autor analisa, à luz da teoria de redes sociais, os dados de uma pesquisa quantitativa realizada em Governador Valadares, um dos maiores pólos emissores de migrantes brasileiros para os Estados Unidos. Entre os resultados que obteve, destaca-se o fato de as redes de parentesco e de amizade, bem como as pseudo-agências de turismo e de falsificação de documentos, constituírem uma poderosa rede de migração internacional que determina tanto os sujeitos com condições para emigrar como seus destinos geográficos. Soares apresenta também evidências de que não são as redes pessoais que mais influenciam a migração. Mostra que o grande determinante das seleções migratórias se encontra nos diversos elos estabelecidos pelas redes pessoais do potencial emigrante com outras redes sociais que formam a rede migratória internacional.

Franklin Goza também analisa as redes sociais, a partir de um amplo e aprofundado estudo em locais e momentos diferentes. A primeira fase da pesquisa acontece ainda nos anos 1980 em Governador Valadares. A segunda e a terceira fase têm lugar no início da década de 1990 e exploram a outra ponta do fluxo migratório: Estados Unidos e Canadá. Sua análise, assim como a de Soares, evidencia o impacto positivo das redes na facilitação tanto do projeto migratório como do processo de fixação dos imigrantes no país hospedeiro. Evidencia ainda a problemática do acesso desigual às redes “quanto a poder, recursos e informações” (p. 265), analisando particularmente questões de gênero. Seus dados revelam, por exemplo, que as mulheres tendem a ter um acesso muito menor do que os homens às redes no que tange à procura de trabalho. Especialmente interessante em seu estudo são os dados a respeito das ambigüidades e dos conflitos nos padrões de funcionamento das redes. O autor mostra, por exemplo, que devido a laços culturais e lingüísticos um número significativo de brasileiros no Canadá foi empregado por

portugueses, mas, em contrapartida, muitos deles se queixavam de exploração por parte dos portugueses. Encontrou ainda freqüentes depoimentos de imigrantes brasileiros reclamando da exploração por parte de seus próprios compatriotas.

Os capítulos de Adriana Capuano de Oliveira e de Rosana Resende apresentam estudos pioneiros sobre os cidadãos brasileiros residentes na Flórida. Oliveira recolheu importantes dados demográficos que revelam tendências significativas da população. Mostra, por exemplo, que existe um grande número de famílias nucleares inteiras que migraram para a Flórida. Nesse sentido, o projeto migratório deslocou-se do âmbito individual (Margolis, 1994) ao familiar, o que evidencia que as expectativas temporais estão se transformando (Sales, 1999), passando a um nível de longa permanência ou talvez até mesmo de permanência definitiva. Também interessantes são os dados que encontrou a respeito de casamento de brasileiros com norte-americanos. Corroborando os dados que Beserra (2003) levantou na região de Los Angeles, os dados de Oliveira demonstram que o número de mulheres casadas com norte-americanos é mais elevado do que o de brasileiros com norte-americanas. Muito relevante é também sua discussão a respeito da identidade que está sendo construída pelos brasileiros no sul da Flórida. Ao contrário dos que vivem em Boston, como mostrou o capítulo de Martes, e em Nova York (Margolis, 1994), seus informantes tendem a se identificar com muito mais tranqüilidade na categoria hispânica. A autora conclui que esse fenômeno se deve a fatores como o maior poder político da comunidade latino-americana na Flórida e, portanto, o menor estigma ligado à categoria “hispânica”. Finalmente, indo ao encontro das pesquisas de Margolis (1994), Sales (1999), Martes (2000) e Beserra (2003), Oliveira encontra uma importante clivagem em relação à questão da classe social: “a cisão entre as classes sociais é a principal responsável pela frágil unidade brasileira na região” (p. 136). Em seu estudo exploratório sobre a população brasileira, Rosana Resende aborda vários dos temas também analisados no capítulo de Oliveira. Aponta, por exemplo, a maior aceitação da categoria hispânica por parte dos brasileiros e a ma-

neira como eles são, em certa medida, incorporados por outros grupos de latino-americanos na grande comunidade latina de Miami. Aponta ainda o fato de os brasileiros demonstrarem ter projetos de uma permanência mais longa nos Estados Unidos. Também interessante é a conclusão de que, ao menos na região de Miami, é imprescindível que se fale em comunidade brasileira sempre no plural. Isso se deve, segundo Oliveira, à profunda divisão de classes que se espelha na própria divisão geográfica e procedência regional da população brasileira residente no sul da Flórida.

O ensaio fotográfico de João Kulcsár fecha *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. Funciona como um “pano de frente” que ilumina os demais capítulos, pois apresenta os rostos daqueles que vivenciam, bem de perto e cotidianamente, uma profunda mudança na identidade brasileira: de país receptor de imigrantes passamos igualmente a ser um país emissor.

**CLÉMENCE JOUËT-PASTRÉ é professora no Departamento de Romance Languages and Literatures e co-presidente do Comitê de Estudos Brasileiros da Universidade de Harvard.**

**E-mail: cpastre@fas.harvard.edu**

## **BIBLIOGRAFIA**

- BESERRA, Bernadete. (2003), *Brazilian immigrants in the United States: cultural imperialism and social class*. Nova York, LFB Scholarly Publishing LLC.
- FLEISCHER, Soraya. (2002), *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts*. São Paulo, Annablume.
- MARGOLIS, Maxine. (1994), *Little Brazil*. Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_. (1998), *Invisible minority, Brazilians in New York City*. Massachusetts, Allyn and Bacon.
- MARTES, Ana Cristina Braga. (2000), *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo, Paz e Terra.
- SALES, Teresa. (1999), *Brasileiros longe de casa*. São Paulo, Editora Cortez.